



**ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2025**

Aos três dias do mês de julho de 2025, às 8h30, na sala de reuniões do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Canoinhas – ICPREV, foi realizada a sexta reunião ordinária do Conselho de Administração do ICPREV (CAIC-PREV) de 2025. Estiveram presentes: Juliane Muchaloski Slabadack Ferraz, Diretora Executiva do ICPREV; Marina Nishimori Olescowicz, representante do Poder Executivo; Daniel Carvalho, representante do Poder Legislativo; Andreia Correia da Silva Fontana Kauva, representante dos segurados ativos; Marili de Fátima Pereira Ecker, representante dos segurados ativos; Solange Stelzner, representante dos segurados ativos; Danielle Ludka, representante dos segurados ativos; Marilise Vieira de Lima Krauss, representante dos segurados inativos; Louise Cristina de Souza, representante do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais. A Presidente do Conselho de Administração, Solange Stelzner, declarou a reunião aberta. O primeiro ponto abordado foi o repasse da reunião realizada em 17 de junho com o Executivo Municipal. Com a palavra, o conselheiro Daniel fez a leitura da ata da reunião, ressaltando os temas discutidos, como a apresentação da Diretora Executiva Juliana sobre o superávit financeiro do ICPREV, alertando para os riscos da extinção do regime próprio, e sugerindo como medidas de sustentabilidade a realização de concurso público, o repasse do IRRF e a reforma previdenciária. A Vice-Prefeita Zenilda relatou dificuldades com o plano de cargos do magistério, mas revelou ser favorável a uma reunião com a Secretaria de Educação para discutir o problema, ponderando, no entanto, que seria necessário, por ora, conversar com a Prefeita para analisar a viabilidade técnica da matéria. Com a palavra, a conselheira Danielle citou que a apresentação durante a reunião com o Executivo demonstrou que, ao contrário do que se divulga, o regime celetista representa maior ônus ao município, embora o Executivo não demonstre interesse nessa mudança. A Diretora Juliane lembrou que o objetivo da reunião foi demonstrar financeiramente as consequências da extinção do RPPS, ressaltando que, até o momento, a Vice-Prefeita tem demonstrado maior interesse na resolução dessa problemática. Com a palavra, a conselheira Marilise destacou que ficou clara a percepção de que há um movimento nacional — por parte de prefeitos — para extinguir os regimes próprios de previdência, transferindo os servidores para o INSS, independentemente dos custos e da sustentabilidade local. O conselheiro Daniel considerou que, caso não haja uma reabertura do diálogo com a Prefeita, o Conselho deverá procurar os vereadores para apresentar os dados, alertar sobre os riscos da extinção do RPPS e, sobretudo, reforçar que as decisões tomadas hoje repercutirão em futuras gestões, podendo gerar responsabilizações. Na sequência, a Presidente Solange colocou em pauta o projeto de lei que propõe o aumento da carga horária do contador do Instituto, bem como as horas extras dos servidores do ICPREV. Com a palavra, a Diretora Juliane expressou preocupação com relação ao elevando número de horas extras realizadas pelo contador, afirmou que atual carga horária do contador não é suficiente para a carga de trabalho, considerando que do período de criação do instituto ate o momento essa carga vem aumentando e a tendência é ser cada vez maior e questionou o andamento do projeto de lei que trata da alteração da carga horária. Com a palavra, o conselheiro Daniel explicou que, na primeira vez em que o projeto foi encaminhado à Câmara de Vereadores, observou-se que não havia parecer do Conselho de Administração. Foi então encaminhado um



**ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2025**

ofício solicitando essa manifestação, que não foi respondido pelo Executivo. Posteriormente, foi solicitado parecer do próprio Conselho. Lembrou que foi citado no projeto um parecer do IGAM sobre a legalidade da carga horária, mas foram levantadas dúvidas quanto aos riscos jurídicos dessa medida, especialmente no que diz respeito à criação de precedentes que possam comprometer o entendimento atual sobre concursos públicos e a regulamentação de cargos similares. Ressaltou que o ofício ainda está pendente de manifestação por parte do Conselho. A conselheira Andreia lembrou que, em reunião anterior, o conselho se posicionou de forma contrária à alteração, sendo o projeto uma solicitação da Diretoria Executiva da época. O conselheiro Daniel reforçou que o principal problema da matéria seria o precedente criado para outros cargos, que, em tese, também poderiam pleitear a alteração da carga horária. A Diretora Executiva reconheceu o acúmulo de tarefas e a sobrecarga do contador, observando que além da problemática para manutenção do serviço contábil do instituto teria receio quanto uma futura judicialização quando o contador for se aposentar, considerando que as horas extras são, apensar de justificas e realmente necessárias, recorrentes e não esporádicas como a lei expressamente autoriza, assim sendo, não poderia negar as horas extras pois isso prejudicaria o próprio instituto porém entende não ser essa forma (horas extras) a melhor forma de resolver o problema. Caso a alteração não ocorra, seria necessário abrir concurso público para contador e agente administrativo. Solicitou, então, orientação sobre qual seria a melhor resposta por parte do Conselho. A Presidente Solange questionou se o Executivo encaminharia um projeto de lei para a criação de cargo, ao que foi respondido que ainda não há previsão, mas que seria interessante rever a carga horária desses cargos. O conselheiro Daniel ficou encarregado de encaminhar o parecer do IGAM no grupo, e a conselheira Danielle questionou se a assessoria jurídica contratada pelo Instituto já havia emitido parecer sobre a matéria, a fim de se responder ao ofício do Legislativo. Na sequência, a Presidente Solange abordou a Instrução Normativa vigente desde 2023, com destaque para o prazo de realização das certificações obrigatórias pelos servidores. Foi sugerida pela Diretora Juliane a alteração do texto normativo, prevendo a suspensão do pagamento do jeton aos conselheiros que ultrapassarem o prazo de 90 dias para a realização da prova de certificação. Em seguida, a Presidente Solange solicitou a presença do Diretor Administrativo, Luís Gustavo de Brito, e realizou, junto à conselheira Danielle, o repasse das experiências vivenciadas no Congresso da ABIPEM, realizado em junho. Destacaram-se as palestras ministradas por representantes do Ministério da Previdência, a presença de técnicos disponíveis para esclarecimento de dúvidas, e o reforço à importância de práticas de governança, transparência e prestação de contas. Foram comentadas a PEC 66 e as possíveis exigências futuras dos Tribunais de Contas quanto à obrigatoriedade da reforma da previdência nos municípios. As palestras sobre governança e auditoria interna reforçaram o papel do conselheiro como agente ativo, responsável por questionar, acompanhar e contribuir com visão coletiva. A conselheira Danielle lembrou que foi citado que o melhor conselheiro é aquele que questiona. Destacou ainda que a auditoria deve ser compreendida como parceira na melhoria dos processos, e não apenas como instância de controle punitivo. Reforçou-se a necessidade de um plano de ação estruturado, com vistas à continuidade dos trabalhos





**ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2025**

institucionais, independentemente da composição dos quadros. A ausência de manuais operacionais e fluxos formalizados compromete a perenidade das ações e gera dependência excessiva de servidores específicos. No campo da equidade, a conselheira Danielle relatou a palestra promovida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que apresentou o novo manual de boas práticas com enfoque de gênero na análise de aposentadorias e pensões. No tocante aos investimentos, o Diretor Administrativo Gustavo compartilhou os principais tópicos abordados em reuniões com gestores de fundos. Discutiram-se estratégias de diversificação de carteiras, procedimentos de diligência junto a distribuidoras investigadas e a importância da atualização dos portais institucionais. Ainda, a conselheira Danielle lembrou da palestra sobre Inteligências Artificiais e destacou o impacto da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e dos riscos associados ao uso de ferramentas de IA sugerindo a criação de normativas internas sobre o tema. Logo após, a Presidente discutiu os eventos previstos para o segundo semestre: dois congressos em setembro e um em dezembro. O Diretor Administrativo Gustavo apresentou os orçamentos por participante dos eventos a serem realizados, lembrando que os valores podem sofrer alterações conforme a data de inscrição. Entre os eventos, destacaram-se o congresso internacional em Foz do Iguaçu (setembro), o Congresso Nacional da ABIPEM (novembro), e o Seminário das Mulheres, que foi retirado da lista devido à baixa demanda. Debatu-se a distribuição de vagas, sendo duas para cada conselho, considerando a proporcionalidade de membros e a disponibilidade dos participantes. Ficou consensuado manter a prática de alternância na participação, com prioridade para os conselheiros que ainda não tenham participado de eventos anteriores. Ficou autorizada a participação do conselheiro Daniel no evento em Foz do Iguaçu em setembro, juntamente com os demais membros do Conselho Fiscal. Também foi acordado que a vaga remanescente desse evento poderá ser utilizada por outro membro do Conselho de Administração no evento de dezembro. Ao final, a conselheira Marilise abordou a questão da certificação dos conselheiros, enfatizando o controle do prazo de quatro anos para cumprimento da carga mínima de 30 horas exigidas. Dessas, pelo menos 10 horas devem ser presenciais, não sendo permitido compensar a ausência em eventos de um ano com atividades realizadas em outro. As demais horas podem ser cumpridas por meio de cursos online, produção de artigos ou livros. Foi informado que determinados cursos, como os oferecidos pela instituição Totum, deixaram de ser aceitos pelo Ministério da Previdência, o que reforça a necessidade de buscar capacitações reconhecidas. Em seguida, foi confirmada a próxima reunião para o dia 7 de agosto. Não havendo mais assuntos a tratar, a reunião foi oficialmente encerrada às 10h30. Eu, Daniel Carvalho, lavrei a presente ata, que será assinada por mim e pelos demais membros do Conselho.

Marina Nishimori Olescowicz  
Representante do Poder Executivo

Marilise Vieira de Lima Krauss  
Representante dos Segurados Inativos





**ICPREV**  
INSTITUTO CANOINHENSE DE PREVIDÊNCIA

**ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2025**

---

Danielle Ludka  
Representante dos Segurados

---

Daniel Carvalho  
Secretário

---

Louise Cristina de Souza  
Representante do SISPUK

---

Juliane Muchaloski Slabadack Ferraz  
Diretora Executiva do ICPREV

---

Andreia Correia da Silva Fontana Kauva  
Vice-Presidente

---

Marili de Fátima Pereira Ecker  
Representante dos Segurados

---

Solange Stelzner  
Presidente

